



Exigimos negociação

Negociação
SIM
Imposição
NÃO

SPGL



Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação aprovou direcções de trabalho

Um debate oportuno e um reforço do Departamento



Propriedade, Redacção e Administração
Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA
Tels.: 213819190 – Fax: 213819198
Email: sup@spgl.pt
Home page: www.fenprof.pt/superior

Director: Paulo Sucena

Departamento de Ensino Superior:
João Cunha Serra ■ Mário Carvalho
Nuno Rilo ■ Teresa Chaveca

Coordenação: José Paulo Oliveira

Colaboração: Inês Carvalho, Paula Velasquez e Elvira Nereu

Paginação e Grafismo: Mário Rui

Composição: Idalina Martins e Lina Reis

Fotografia: Jorge Caria

Impressão: Sogapal
Tiragem média: 3 500 ex.
Depósito Legal: 3062/88

MEMBROS DA



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
Email: sup@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
Email: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
Email: sprc@mail.telepac.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
Av. Condes de Vil' Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
Email: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
R. João Francisco de Sousa, 46
9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel
Tel.: 296205960 - Fax: 296629498

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1ªA - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
Email: spm@netmadeira.com
Home page: members.netmadeira.com/spm/spm

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096



SUMÁRIO

Entrevista

Professor Guilherme Arroz à conversa com a revista da AE do Instituto Superior Técnico: **O Taguspark, o futuro do IST e o Processo de Bolonha**

14

Depoimento

Professor Meira Soares numa Audição promovida pela FENPROF: **"Será que os políticos europeus ainda não perceberam que a verdadeira integração não se faz por Declarações ou Directivas?"**

21

Iniciativa da IE/CSEE

Conferência pan-europeia sobre ensino superior e investigação

De Bolonha a Bergen, um balanço a dois trajectos: o ponto de vista dos académicos

Bruelas acolheu a Conferência pan-europeia IE/CSEE, subordinada ao tema geral "*De Bolonha a Bergen, um balanço a dois trajectos: o ponto de vista das personalidades académicas*". Realizada nos dias 11 e 12 de Fevereiro, o encontro reuniu cerca de 80 participantes, oriundos de 21 países. A FENPROF esteve representada por Manuel Pereira dos Santos, membro do Departamento de Ensino Superior.

A conferência serviu para avaliar o nível de envolvimento dos académicos e das suas organizações sindicais representativas na elaboração do processo de Bolonha às escalas nacional e europeia. Foi apresentado um estudo sobre essa matéria, pelo instituto norueguês NIFU-STEP, que viria a enriquecer a contribuição sindical docente na reunião ministerial que, entretanto, teve lugar em Bergen, nos dias 19 e 20 de Maio de 2005.

Os participantes insistiram no papel nuclear que os académicos têm no processo junto dos estudantes e das instituições, devendo acompanhar sistematicamente a evolução do processo de Bolonha, numa plataforma de intercâmbio e de cooperação.

A *Declaração* que saiu da reunião de Bruxelas reassume a determinação dos profissionais académicos e de investigação da Europa em ver desenvolvidos fortes laços entre o processo de Bolonha e o Espaço Europeu de Investigação.

O texto realça ainda que o ensino superior é um bem público que deve ser preservado e dinamizado por políticas públicas, acrescentando que é inaceitável a omissão de referências aos académicos, ao seu papel e estatuto, na Declaração de Bolonha e nas suas repercussões.

Por outro lado, esta Conferência permitiu reforçar a cooperação com a *Association Euro-péenne de l' Université (AEU)* e com a *Association Européenne des Etudiants (ESIB)*.

**João Cunha Serra**

Assim Não! Exigimos negociação!

A conjuntura tecnicamente recessiva da economia e altamente deficitária das contas do Estado, e as recentes medidas restritivas tomadas pelo Governo, na sequência de outras de cariz idêntico tomadas por governos anteriores, não auguram nada de bom, nem quanto à aplicação do Processo de Bolonha, nem relativamente à solução dos principais problemas que afectam a situação profissional dos docentes e dos investigadores – precariedade laboral e estagnação nas carreiras – nem no que concerne à criação de emprego científico, apesar das promessas eleitorais e do constante do Programa do Governo.

Na realidade, a ampliação da idade de reforma, ao mesmo tempo que contraria as expectativas criadas, vai atrasar a possibilidade de contratação de jovens doutorados, contribuindo assim negativamente para o crescimento do emprego científico.

A recente decisão do Governo, sem negociação com as organizações sindicais (como é obrigatório), de congelar por um ano e meio a contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras, veio acrescentar um bloqueamento ainda maior ao avanço salarial dos docentes e dos investigadores, uma vez que os quadros se encontram completamente preenchidos em muitas instituições, isto apesar de se estimar que a maioria dos colegas estão já posicionados no último escalão das respectivas categorias. Trata-se de uma medida que afectará sobretudo os mais novos – aqueles para quem certamente mais falta fará o salário que o Governo decidiu subtrair-lhes.

E certo que as carreiras do ensino superior, embora encontrando-se entre as mais exigentes da Administração Pública, incluem progressões salariais automáticas dentro de uma mesma categoria. No entanto, a sua passagem à dependência de avaliações de desempenho nunca foi obstaculizada pela FENPROF. Na realidade, nada justifica, nem mesmo a carga burocrática envolvida, que as transições de escalão não sejam realizadas a partir de avaliações de desempenho com critérios adequados. Não faz, porém, sentido a situação actual em que um docente ou um investigador pode atingir o último escalão de uma categoria, sem ter tido oportunidades de promoção devidas à inexistência de vagas, ficando assim impedido de ver o seu desempenho e as suas qualificações avaliados e reconhecidos para efeitos de melhorias salariais. Daí a continuada insistência da FENPROF nos quadros de dotação global e nas provas de mérito absoluto para passagem a categoria superior.

Ainda mais grave é a situação daqueles que, por mais qualificações que obtenham e por melhores desempenhos que evidenciem, nem sequer têm reconhecido o direito a uma carreira, embora desempenhem funções em regime de tempo integral e, até, de dedicação exclusiva.

Como vai ser possível mobilizar e motivar os docentes e os investigadores para uma correcta e empenhada aplicação das orientações de Bolonha se deste modo são tratados por quem deveria reconhecer na prática que o sector do ensino superior e da investigação é estratégico para o desenvolvimento do país?

Importa assim que os docentes do ensino superior e os investigadores manifestem com veemência ao Governo o seu desagrado pelas medidas tomadas exigindo a negociação imediata de todas as alterações a realizar nos estatutos das carreiras, designadamente as reivindicadas pela FENPROF com vista a reduzir a precariedade de emprego, a desbloquear as promoções, a assegurar o direito a uma carreira e a garantir equidade, justiça e transparência nos processos de avaliação dos docentes e dos investigadores.



Delegação da FENPROF esteve reunida com o Ministro Mariano Gago

- Instituições irão ter que pôr as vagas a concurso.
- Manter-se-ão as excepções ao mínimo de 20 alunos à entrada dos cursos.
- Calendário negocial será apresentado em Junho.

Na reunião realizada em Lisboa, no passado dia 10 de Maio, com o Ministro Mariano Gago, a FENPROF reafirmou as suas posições relativamente à necessidade de melhorar a qualidade e a relevância social do sistema de ensino superior e promover o sucesso escolar, no âmbito do objectivo da qualificação da população activa portuguesa.

A FENPROF manifestou igualmente ao Ministro a urgência da tomada de medidas destinadas à melhoria da situação profissional dos docentes, tanto do ensino público como do privado (direito a uma carreira, que a muitos é negada, e possibilidade de obtenção de vínculo estável; desbloqueamento das promoções; transparência nos concursos e valorização da actividade pedagógica), para a negociação

das quais reclamou a fixação de um calendário.

Bolonha

A este propósito Mariano Gago referiu encontrarem-se em curso iniciativas de aplicação do Processo de Bolonha, às quais se seguirá a proposta de uma nova lei de autonomia, e que apenas se encontrará em condições de apresentar um calendário negocial relativo a questões de carreiras no próximo mês de Junho.

No entanto, afirmou que iria tomar medidas para forçar as instituições a abrirem concursos para as vagas de que dispõem nos seus quadros.

Foram discutidas as questões da aplicação do Processo de Bolonha, designadamente as alterações propostas pelo Governo à Lei de Bases do Sis-

tema Educativo, bem como as medidas de racionalização do Sistema recentemente anunciadas, relacionadas com a elevação para 20 do número mínimo alunos a ingressar numa licenciatura.

O Ministro informou FENPROF de que teria que ser criada um Agência Nacional de Acreditação e que o actual sistema de avaliação teria que ser internacionalizado e abranger não apenas os cursos mas as próprias instituições.

Assegurou também que as excepções já contidas na lei, que permitem que certos cursos funcionem com números mais reduzidos de alunos, não iriam ser modificadas e que o seu objectivo não era o de despedir docentes mas apenas o de levar as instituições a reorganizarem, nos próximos 4 anos, a sua oferta formativa de modo a utilizarem mais racionalmente os respectivos recursos.

Relativamente à posição da FENPROF favorável a que as instituições sejam apoiadas para oferecerem mais cursos destinados a alunos já inseridos no mercado de trabalho em horários pós-laborais, Mariano Gago referiu que tentaria ajudar as instituições a quebrar a sua natural inércia quanto a este tipo de iniciativas.

Portanto, algumas expectativas positivas a aguardar confirmação.



www.fenprof.pt/superior

Actualização diária

JCS



Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação

Um interessante debate e um significativo reforço do Departamento

"Na aplicação do Processo de Bolonha" não devem ser impostas "medidas uniformizadoras, com vista à redução da duração do 1º ciclo" mas adopta -
das "metodologias baseadas na definição prévia dos objectivos das forma -
ções, tendo em consideração a sua função social, designadamente, as suas
finalidades culturais, científicas ou profissionais, para não contrariar os
objectivos da diversificação das ofertas formativas e da inovação das meto -
dologias pedagógicas e das estruturas curriculares", sublinha a resolução
aprovada pelos delegados à Conferência Nacional do Ensino Superior e da
Investigação, que abordamos neste *caderno* até à página 13.

Esta Conferência apetre-

chou melhor o Departamento para as actuais necessidades de intervenção no âmbito da situação profissional dos docentes e dos investigadores, domínio em que foi aprovada uma "carta reivindicativa e um conjunto de princípios a observar no exercício das profissões de docente e de investigador, e no âmbito das mudanças necessárias para o aumento da relevância social, da qualidade, da eficácia e eficiência do Sistema de Ensino Superior e de Investigação do país, que foram objecto de uma resolução e do documento sobre o Futuro do Ensino Superior e da Investigação aprovados pela Conferência.

O Departamento saiu reforçado

pela aprovação de documentos orientadores para a sua acção e pelo alargamento do número de sindicalizados que passam a participar na sua estrutura (Conselho de Departamento, Comissão Coordenadora e Grupos de Trabalho), responsabilizados para tal pela confiança que os associados que os elegeram neles depositaram.

A fase de preparação

da Conferência foi bastante rica. Foram efectuadas várias reuniões com sindicalizados e, pela primeira vez, foram realizadas 3 Audições a colegas destacados, para o efeito convidados, quer do Ensino Superior Público (universitário e politécnico), quer do Ensino Superior Particular e Cooperativo (ESPC). As audições abordaram questões relativas ao futuro do Sistema do Ensino Superior, em particular, a autonomia e gestão, o financiamento, o acesso e o sucesso no Ensino Superior, o Ensino ao Longo da Vida, novos públicos, a investigação e a situação no ESPC. Várias das intervenções realizadas no âmbito destas audições foram já publicadas na nossa última edição. Foi ainda realizado em Lisboa um Colóquio sobre o Processo de Bolonha.

A Conferência teve a participação

de cerca de uma centena de delegados, a maioria dos quais eleitos directamente pelos associados do sector. O objectivo foi conseguir uma assembleia representativa. No entanto, a iniciativa teve a participação de quem se quis inscrever, sindicalizado ou não. Houve espaço para a apresentação de comunicações individuais, bem como para o debate e para a votação dos documentos de trabalho apresentados à Conferência.



A iniciativa, promovida pela FENPROF nos dias 11 e 12 de Março no auditório da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, registou a participação de docentes e investigadores de diferentes regiões do País, além de três convidados estrangeiros: José Manuel Palazon, da FECCOO (Espanha); Jens Vraa-Jensen, do DM, organização sindical da Dinamarca; e Maurice Hérin, secretário-geral do SNESUP de França, que apresentaram expressivos depoimentos sobre as realidades do Ensino Superior e da Investigação nos seus países, tendo-se referido também a temáticas que envolvem o espaço europeu e mundial.

O futuro do Ensino Superior e da Investigação em Portugal; o desenvolvimento profissional e a representação sindical; e ainda a organização daqueles sectores no quadro da FENPROF e da acção sindical, foram os grandes temas em debate nesta Conferência, que registou no início dos trabalhos intervenções de Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, e de João Cunha Serra, membro do Secretariado Nacional e coordenador do Departamento de Ensino Superior da FENPROF, que encerraria o encontro, lembrando que "é necessário olhar a educação e o ensino como um conjunto, fundamental para o desenvolvimento do País".

Seis grupos de trabalho

Além da resolução, a Conferência aprovou os documentos-base que dinamizaram o debate preparatório e que foram enriquecidos com várias propos-

tas e também duas moções, uma sobre o prosseguimento da luta em torno do direito ao subsídio de desemprego para os docentes e investigadores do Ensino Superior público e outra sobre a constituição de seis grupos de trabalho no âmbito da acção sindical. Estes terão como objectivo "acompanhar a evolução da situação" em cada área temática, "recolher a informação relevante para o seu trabalho, lançar os estudos necessários ao desenvolvimento da sua actividade e definir projectos de intervenção sindical a propor à estrutura do Departamento e aos órgãos da FENPROF". Os grupos irão trabalhar temas como, por exemplo, a autonomia, gestão e financiamento, formação, qualificação e avaliação dos docentes e investigadores, avaliação e acreditação das escolas e dos cursos, investigação, inovação e relação com a sociedade, questões profissionais, entre outras.

A Conferência elegeu ainda o Conselho do Departamento do Ensino Superior e da Investigação da FENPROF, integrando elementos efectivos e suplentes, oriundos de diferentes instituições de todas as regiões do País e dos vários Sindicatos de Professores que constituem a Federação.

A iniciativa contou também com a presença e a intervenção no debate de um prestigiado painel de convidados, entre os quais os Professores António Martins, vice-reitor da Universidade de Coimbra; José Tribolet, do Instituto Superior Técnico e do INESC; Raimundo Delgado, da Universidade do Porto; Rui Namorado Rosa, da Universidade de Évora; e António Mendonça, do ISEG (Lisboa).

JCS

JPO

Resolução aprovada

Um diversificado conjunto de materiais de actualidade no âmbito do Ensino Superior e da Investigação dá vida à resolução aprovada pela Conferência Nacional que a FENPROF realizou em Lisboa. Aí se reclama que, "na aplicação do Processo de Bolonha, não sejam impostas medidas uniformizadoras, com vista à redução da duração do 1º ciclo, mas que sejam adoptadas metodologias baseadas na definição prévia dos objectivos das formações, tendo em consideração a sua função social, designadamente, as suas finalidades culturais, científicas ou profissionais, para não contrariar os objectivos da diversificação das ofertas formativas e da inovação das metodologias pedagógicas e das estruturas curriculares."



A realidade do sistema universitário espanhol (48 Universidades públicas e 22 privadas; 13 são da Igreja Católica) foi descrita na Conferência por José Manuel Palazon, da FECCOO.

A entrada em funções de um novo Governo saiu das eleições legislativas de 20 de Fevereiro vem abrir novas perspectivas para o Ensino Superior de forma a que a situação profissional dos seus docentes e investigadores tome novos e mais promissores rumos.

Tal não acontecerá, porém, sem o empenhamento e a participação activa dos docentes e dos investigadores na afirmação da importância estratégica do Ensino Superior e da Ciência para o desenvolvimento cultural, social, económico, científico, tecnológico e ambiental do país.

Sobre o Ensino Superior:

1. Reclama que o novo Governo esclareça de imediato a sua posição quanto ao financiamento dos ciclos de formação decorrentes da aplicação do Processo de Bolonha, de forma a afastar o receio de que esta possa vir a ser pretexto para uma ainda mais acentuada desresponsabilização do Estado pelo financiamento do Ensino Superior. Em particular, considera indispensável que o novo Governo garanta que a redução que venha a ocorrer na duração de alguns cursos de licenciatura não implicará diminuição no financiamento das instituições, e que, as formações de 2º ciclo sobreponíveis, total ou parcialmente, com as actuais licenciaturas serão financiadas, pelo menos, a um nível idêntico ao dessas licenciaturas, sem que os seus custos venham a recair sobre os alunos e suas famílias;

2. Entende que um importante sinal quanto à importância que o novo Governo irá atribuir ao Ensino Superior será verificar se vai eliminar, do Programa de Estabilidade e Crescimento a apresentar pelo Governo a Bruxelas durante o próximo mês de Abril, a cláusula restritiva que impõe

até 2007, não haverá crescimento nominal no financiamento do ensino superior, situação que, a manter-se, significará a continuação de significativos cortes orçamentais anuais no Ensino Superior e uma desvalorização da importância estratégica do sector para o desenvolvimento do país;

3. Reclama que, na aplicação do Processo de Bolonha, não sejam impostas medidas uniformizadoras, com vista à redução da duração do 1º ciclo, mas que sejam adoptadas metodologias baseadas na definição prévia dos objectivos das formações, tendo em consideração a sua função social, designadamente, as suas finalidades culturais, científicas ou profissionais, para não contrariar os objectivos da diversificação das ofertas formativas e da inovação das metodologias pedagógicas e das estruturas curriculares.

4. Defende que o actual Sistema de Ensino Superior (universitário e politécnico) deve caminhar para um sistema integrado e diversificado, sem discriminações baseadas em denominações e incentivando a criação de parcerias entre as actuais instituições universitárias e politécnicas, respeitadoras das respectivas autonomias, em que a capacidade para a atribuição dos graus académicos de pós-graduação dependa apenas de requisitos de aplicação universal de cumprimento comprovado por processos idóneos de avaliação da qualidade das instituições e das suas formações.

5. Considera que as alterações que venham a ser introduzidas nas leis de autonomia devem ir no sentido:

a) da garantia da participação dos 3 corpos (docentes e investigadores, não-docentes e estudantes) na gestão das instituições, tendo em consideração as competências dos órgãos e as diferentes funções desempenhadas por →





cada um dos corpos;

b) do reforço da autonomia financeira das instituições para gerirem livremente as dotações do O.E. e as verbas incluídas nos respectivos orçamentos privativos, de forma unicamente condicionada a uma transparente e rigorosa prestação de contas perante o Estado e a sociedade;

c) da garantia de condições para a prática de uma gestão responsável, eficiente e eficaz, na base de objectivos estratégicos aprovados pelas instituições, com a participação de representantes da sociedade envolvente;

d) da criação, em cada instituição, de uma instância, de natureza a definir nos respectivos estatutos, destinada à procura de soluções para conflitos de carácter laboral e à audição obrigatória de representantes sindicais dos docentes e dos investigadores, em matérias de ordem interna, com incidência directa na respectiva situação profissional;

6. Apoia a consagração de parâmetros exigentes de qualidade com vista à acreditação periódica de todas as instituições de Ensino Superior Públicas, ou Particulares, ou Cooperativas, apoiada em processos rigorosos de avaliação.

Sobre a Investigação:

7. Defende as seguintes medidas para a promoção da actividade de

investigação:

a) aumento do financiamento à investigação e desenvolvimento, aproximando-o da média dos países da união europeia;

b) prosseguimento dos programas de formação avançada em Ciência e Tecnologia, incluindo nomeadamente os níveis de mestrado e de doutoramento;

c) promoção do emprego científico;

d) reforço da figura do orçamento plurianual para as instituições de I&D;

e) incentivos fiscais que favoreçam o mecenato e o investimento privado na investigação, bem como a incubação de empresas de elevado valor científico e técnico acrescentado;

f) favorecimento, com discriminação positiva, dos domínios e das instituições de investigação mais incipientes ou periféricas.

g) implementação de políticas que promovam a inovação e a transferência de tecnologias.

Sobre as Questões Profissionais:

8. Defende uma revisão dos estatutos das carreiras do ensino superior e da investigação, com base nos seguintes princípios:

No Ensino Superior Público:

a) Quadros de dotação global e com

dimensão suficiente para abranger todos os docentes e investigadores necessários ao funcionamento, com qualidade, das actividades permanentes das instituições;

b) Efectivo direito de todos os docentes e investigadores que se encontrem a suprir necessidades permanentes das instituições ao acesso a uma carreira com perspectivas de obtenção de nomeação definitiva e com garantia de vínculo estável à função pública, após um período probatório a definir;

c) Valorização efectiva de todas as componentes do trabalho dos docentes, designadamente, de investigação, de docência, de gestão e de relação com a sociedade, de forma ponderada, no âmbito dos processos de avaliação da actividade dos docentes do Ensino Superior;

d) Direito dos docentes à progressão em todos os níveis da carreira por critérios de mérito absoluto, separando os processos de recrutamento e de progressão.

No Ensino Superior Particular e Cooperativo:

e) Aprovação de um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

f) Consagração do paralelismo de carreiras com as do Ensino Superior Público.

Moções aprovadas

A valorização social e económica da investigação – "Via Verde" para a Inovação

Depois de um período em que o país investiu na estruturação dos organismos de investigação e aumentou significativamente o número de mestres e doutorados será agora a altura de olhar atentamente para os resultados de todo esse investimento em Inovação e Desenvolvimento (ID).

Impõe-se pois responder às seguintes perguntas:

- que utilidade social tiveram na sua generalidade os novos mestres e doutores quando não se integraram na carreiras do ensino superior?

- que produção científica se materializou em processos ou produtos de carácter inovador que tenham originado o retorno económico do investimento feito em ID?

Sem possuir números, julgamos ser consensual considerar que o tecido empresarial português não tem sabido ou podido aproveitar convenientemente os graduados de nível mais elevado. Da mesma forma a produção de novas patentes e a materialização, com impacto na sociedade, de novos produtos ou processos tem sido muito escassa, apesar das centenas de projectos concluídos com bons resultados

Sem procedermos a uma avaliação prévia não podemos legitimamente reclamar à nossa depauperada economia que invista mais em ID, isto é, se não formos capazes de identificar e ultrapassar as causas da baixa taxa de sucesso do esforço realizado.

A nosso ver tal resulta, entre outras causas, do *gap* que existe entre os resultados dos projectos de investigação e a sua transferência para o tecido económico.

O Estado investiu a montante, nos laboratórios nos projectos de ID e nos recursos humanos, mas deixou intacta a inércia de toda a máquina administrativa e dos seus longos prazos de decisão, começando pelas patentes para continuar na homologação e terminar no licenciamento.

Sem uma intervenção activa no encadeamento de projectos científicos que possam passar com prioridade a projectos de transferência de tecnologia, empresas de capital de risco e criação de mecanismos de efectivo entrosamento da Inovação e do Desenvolvimento no tecido empresarial, não será possível garantir o retorno do investimento em ID.



Não será plausível nem justo que a sociedade portuguesa apoie a Investigação nem reconheça os seus protagonistas, se o esforço continuar a incidir apenas sobre um dos elos da cadeia – a investigação – descurando todos os outros que a jusante possam constituir mecanismos de bloqueio sobre etapas essenciais para a rentabilização do investimento.

Para obviar aos problemas enunciados propõem os participantes na Conferência Nacional do Ensino Superior que sejam tomadas medidas no sentido de:

- Garantir a seqüência de financia-

dos projectos de investigação finalizados com sucesso e demonstradamente com potencial de desenvolvimento e aplicabilidade económica.

- Atribuir o qualificativo "Inovação" a processos ou produtos inovadores mediante escrutínio devidamente formalizado, que permita seleccionar os de presumível potencial económico.

- Criar um gabinete de acompanhamento do processo de transferência para o tecido económico ou social dos produtos ou processos qualificados como "Inovação".

- Integrar os produtos ou processos com o qualificativo "Inovação" no sistema de incentivos ao desenvolvimento das empresas, assegurando que toda a tramitação legal de iniciativas ou investimentos em que estes se incluam – patente, homologação, aprovação, licenciamento – seja executada em prazos curtos pré definidos, garantindo-se assim que a aposta na Inovação possa constituir de forma acrescida uma verdadeira "Via Verde" para o desenvolvimento.

Pelo direito ao subsídio de desemprego

A Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação promovida pela FENPROF em Lisboa, exige ao Governo e Partidos Políticos com assento na Assembleia da República que de modo expedito tomem as iniciativas legislativas necessárias para concretizar o reconhecimento legal do direito ao subsídio de desemprego, um direito constitucional inalienável, aos docentes do ensino superior público e investigadores nos mesmos termos da Lei Geral de Trabalho. ■





Maurice Herin, Secretário-Geral do SNESUP-FSU:

"Nous sommes donc à un moment crucial"

Je voudrais me limiter ici à préciser deux points que j'ai abordé dans mon intervention à votre importante conférence: les formations supérieures, le LMD, l'espace européen; les luttes et les mouvements en France, dans la recherche et l'Enseignement Supérieur.

C'est en avril 2002 qu'ont été arrêtées les dispositions réglementaires mettant en place le LMD (Licence, Master, Doctorat) en France. Le SNESUP s'est opposé à ces dispositions de déréglementation. En effet, l'Enseignement Supérieur avait et a besoin de transformations profondes mais dans le sens de la démocratisation des accès et de la réussite des jeunes; la diversification des formations en est un élément.

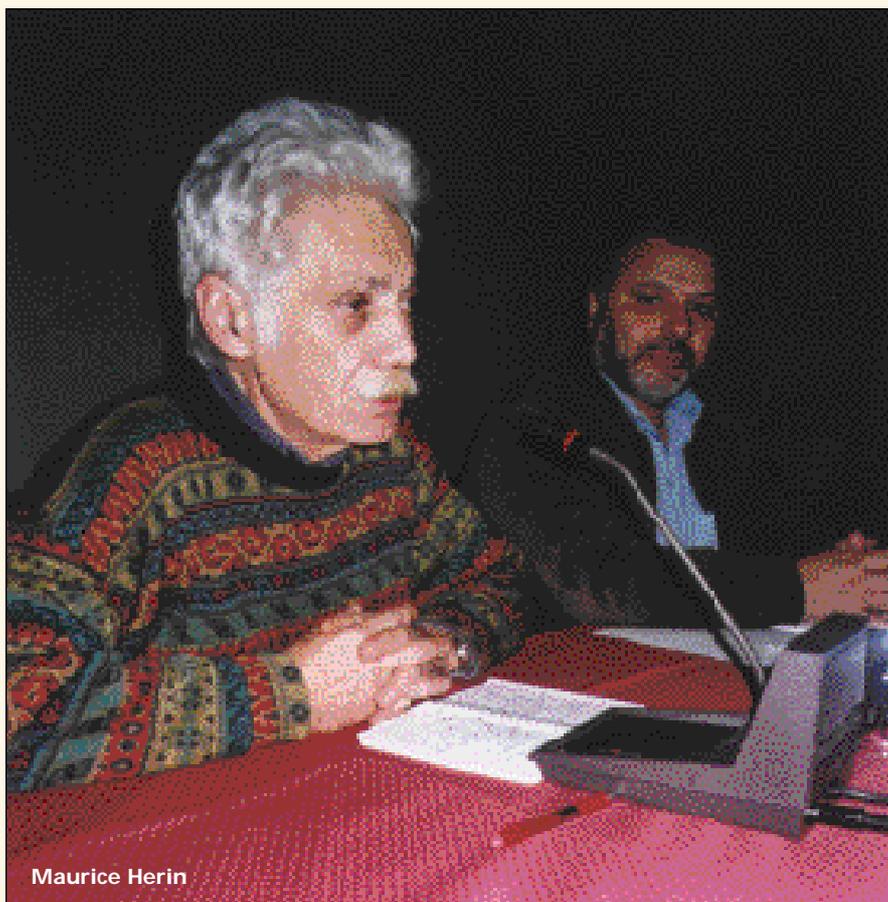
C'est pourquoi nous avons développé et défendu les exigences d'ouvertures scientifique, culturelle, pédagogique, professionnelle, internationales et sociales pour les formations supérieures.

Ces exigences ont été mises en avant de façon factice dans les discours officiels, notamment sur le thème «LMD – mobilité».

Ces exigences ont le plus souvent été partagées par les équipes pédagogiques, les justifiant dans leur mise en place du LMD.

D'autres facteurs ont poussé à cette généralisation du LMD (à 75% des universités à fin 2004):

- les pressions du Ministère (par les crédits, les emplois, les habilitations...).
- la crainte pour de nombreux collègues de mettre en danger son départe-



Maurice Herin

ment, sa faculté, son université en refusant le LMD, alors que «d'autres le mettent en place».

Aujourd'hui quel bilan peut-on dresser?

Officiellement c'est une «révolution réussie» et sans moyens nouveaux! Mais concrètement sur le terrain, c'est l'éclatement complet des formations supérieures et des diplômes nationaux. Personne, même au Ministère, ne peut établir un tableau, une carte lisible des intitulés des licences, des masters. Les contenus scientifiques, le sens des parcours-types qui

doivent les diversifier sont à la seule initiative des établissements et sans correspondance entre eux. Au sens propre du terme, il n'y a aucune harmonisation, ni nationale, ni a fortiori européenne. Dans cette déréglementation, il ne reste que des éléments formels, 3 (licence), 5 (master), 8 (doctorat). A l'opposé dans le sens des exigences d'ouverture, énoncées plus haut, le SNESUP développe ses propositions du référentiel national pour assurer contenu, cohérence, visibilité, reconnaissance des diplômes, réussite des étudiants. Les références nationales doivent constituer la base commune à des formations diversifiées.

En même temps, nous posons la

question des références européennes à construire. Les travaux des «groupes Tuning», montrent, au niveau européen, la force de cette nécessité. Et l'expérience et le désordre de ces trois années, de déréglementation montre que cette exigence de références fortes et communes est maintenant partagée ou au moins largement comprise. Cette question a un enjeu immédiat et concret: celui de l'avenir des étudiants qui y sont engagés, celui de l'avenir du Service Public d'enseignement supérieur et de recherche en France et dans l'espace européen. Nous avons beaucoup à faire ensemble sur ce plan!

Les luttes

Les luttes ont mobilisé la Communauté scientifique toute l'année 2004. Elles connaissent un nouveau développement en 2005. Elles ont en fait commencé en 2003, à l'initiative des syndicats, particulièrement les syndicats de la FSU (SNCS et SNESUP). En janvier 2004, elles prennent un développement soudain avec l'initiative des directeurs scientifiques de démissionner, à l'impulsion de l'association «Sauvons la Recherche» (SLR).

Le SNESUP et l'Intersyndicale s'y associent rapidement, les jeunes chercheurs y participent massivement, la population en soutient les exigences. Le 7 avril 2004, le Gouvernement est obligé de céder aux revendications de ce véritable mouvement social, par des créations de 1000 emplois stables, des crédits de base, pour la recherche publique, l'organisation d'Etats Généraux. Ceux-ci se tiennent en octobre 2004, les difficultés qui ont pu surgir entre les syndicats et l'association SLR peuvent être dépassées en se plaçant sur le terrain du rassemblement et de la lutte.

En réaction, le Ministre, le Gouverne-



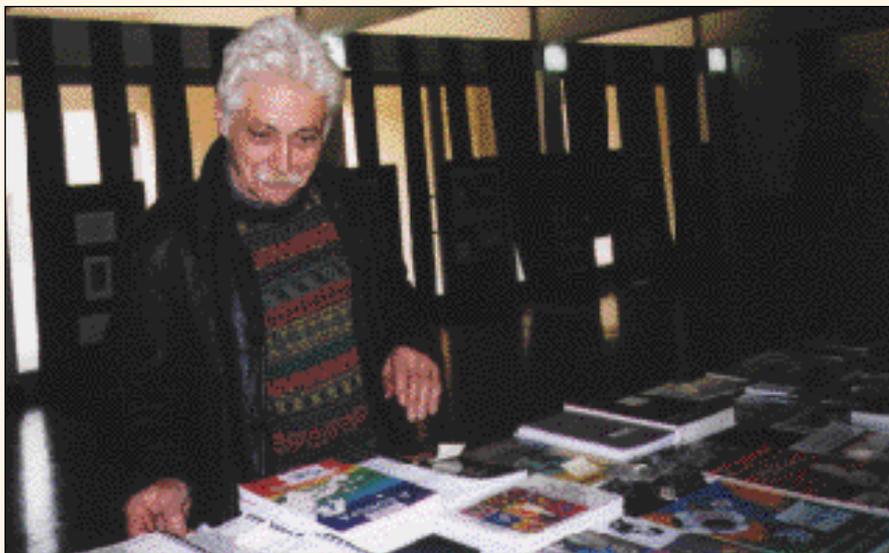
ment ont lancé en janvier 2005, un projet de Loi opposé aux revendications et propositions construites ensemble en 2004. Il est donc décisif que le mouvement lance une nouvelle dynamique de mobilisation. Les actions nationales du 4 février

et du 9 mars témoignent de la force des exigences symboliques:

- la lutte contre la précarité de l'emploi des jeunes chercheurs ;
- les créations d'emplois titulaires, notamment d'enseignants-chercheurs dans les universités;
- les crédits de base garantissant le développement de la recherche fondamentale et non les dotations et avantages fiscaux sous contrôle aux entreprises privées.

Nous sommes donc à un moment crucial, ou bien la logique libérale et concurrentielle peut être imposée par le gouvernement et ce serait catastrophique, ou bien le mouvement se renforce et obtient réponse à ses revendications; prise en compte de ses propositions.

C'est donc un affrontement de société, pour la France. Ce sont aussi les voies du développement scientifique, social, technologique de l'espace européen qui sont ainsi interpellées et explorées. ■





Jens Vraa-Jensen / DM, organização sindical de Docentes da Dinamarca:

"Keeping higher education as a public responsibility in the interest of the society"

1. Resent developments in Denmark

Denmark is a small country – only 5,2 millions inhabitants and 12 universities and app. 100 other institutions of higher education. Only in universities are both research and teaching. Other institutions are teaching only – but in half of them teaching should be research connected.

New university act - A new act on university governance came into force in June 2003. It suppresses democratic influence from the staff as all collegial bodies are only advisory bodies and all leaders are appointed instead of elected.

There is a board of each university with the majority of members coming from outside the university.

There is more focus on exchange of knowledge with industry than on creation of new knowledge by basic research.

There is a reduction of academic freedom as researchers are limited by the institutional research strategy in their choice of subject for their research.

(Link to the act in English:

http://www.videnskabsministeriet.dk/cgi-bin/theme-list.cgi?theme_id=13823)

Insufficient funding - Research in public research institutions in Denmark are – like in most other OECD-countries – suffering from insufficient funding. Denmark is still far from the Barcelona goal on investment of 1% of the GNP from public sources to research and 3% of GNP in overall investment. Jokingly we are talking about a typing mistake because it is more likely to reach the goal in 2100 instead of 2010.



2. Bologna process

Bologna is basically based on principles of merit transfer and not on trade in educational services between the participating European countries. But the overall goal is to create a European Area of Higher Education to make Europe more competitive to US and Asia (Japan).

The key principle in Europe has been convergence rather than harmonisation of studies in European Higher Education.

The university teachers are the personifications of the connection between teaching and research in the day to day life at universities and therefore it is of vital importance that we are involved in the implementation at the local level. The process has to be changes from a top-down to a more bottom-up process where teachers and students are involved at all levels from institution over national implementation bodies to the ministerial level in Europe.

We have been involved in the national

follow-up in DK since 2001, where the Minister after returning from the first Ministerial follow-up conference in Prague at a national meeting claimed that European University Association was recognised as a partner to the Ministers because the implementation had to take place at their institutions, and the students' organization ESIB was recognised because without students there would be no studies. I replied that without teachers there would be no teaching and basically no institutions, and after this we got an invitation to join the national follow-up process.

3. Trade and GATS

Negotiations are being launched again after the break down at the Ministerial Conference in Cancun, Mexico. There are heavy discussions to create some preliminary agreements to prevent another break down at the coming Ministerial Conference in December 2005 in

Hong Kong. A delegation from Education International had talks with trade officials from several both industrialised and developing countries in Geneva last month to prevent further liberalisation in education.

There has been fixed a time limit in May this year to present new offers and requests. EU is negotiating on behalf of the Member States and is totally closed on their next steps and the big fear from educational trade unions is that further liberalisation in education will be incorporated in a bigger deal on agriculture etc.

4. Risks of a trade agenda

There are several risks to universities and to the university teachers in further commercialisation of higher education. The main risks are:

- Reduction of costs
- Reduction of Quality
- Undermining diversity
- Undermining of working conditions
- Reduction of academic freedom and intellectual property rights
- Loosing institutional reputation.

Cost-reduction to increase the earnings when selling your "product" in a market-place is a well-known mechanism.

The easiest way to reduce the costs of an educational service will be to reduce the time spend on developing new courses and time for preparation, with instant negative consequences for the quality.

Another way will be to either reduce the wage-pay or enhance the teaching obligations of the academic staff. We have heard examples of American university teachers who had to answer e-mails from students in the middle of the night because the students were living on the opposite side of the globe.

And when high-ranked universities are entering the commercial market the aims to reduce the costs will result in a reduction of institutional reputation because the best teachers will have found other jobs and the quality of the teaching will have been reduced.

5. EU-Constitutional Treaty and the Service directive

Education is at the moment defined to be a national competence. All trade matters are EU competence, and there is a clear exemption in the treaty for trade in education, health etc.

This exemption is weaker in the proposed Constitutional Treaty, and we can therefore face a situation, where it is up

to the EU Court of Justice to take final decision on the interpretation of the exemption on a case by case basis.

There is also a major debate among the European trade unions in education to convince the decision-making bodies in EU to exempt education from the new Service Directive.

If education is not clearly exempted we can face a situation in the near future where growing tuition fees (which is a main tendency across Europe) will change the concept of higher education from a Service of General Interest – SGI, which is not covered by the Directive – to a Service of General Economic Interest – SGEI, which will have to follow the rules for free movement in the internal market and the rules for Country of Origin.

European trade unions in education will continue to fight for education as a public responsibility and thereby not to be included in Directives and other rules of trading services.

"Strong arguments are needed from all the national trade unions and their regional and global organisations to protect our members and the profession as a hole from developing into a role of shopkeepers in a commercialised system of higher education."

6. UNESCO-OECD Guidelines on cross-border higher education

During the last year a working group with participation from both UNESCO and OECD has been working to produce common guidelines for the provision of cross-border higher education. This could be the first step to meet one of the resolutions from the last EI World Congress, which asked for a legally binding instrument for the protection of high quality and fair working conditions in cross-border educational activities.

The guidelines proposed are not to become legally binding, but they can be seen as the first step to protect both students and employees against rough providers of higher education.

EI has been invited to participate in

the working group, but our claims for more involvement of teachers in quality assurance and planning of trans-national activities have in general been overheard.

7. Importance of involving teachers and their organisations

Why is it so important for the future development of higher education to involve the teachers?

We are working for a sustainable development which means:

- Reduction of the risks mentioned earlier
- Sustainable implementation of new Ministerial initiatives at the institutional level
- Protecting the attractiveness of the profession
- Developing recruitment and career perspectives for the academic staff
- Protecting high quality and ethical behaviour in research and teaching.

As I have said before, teachers play an important role and we are in many cases the only advocates for keeping higher education as a public responsibility in the interest of the society in the broadest sense and to argue for the relevance to the society of the profession and to argue for further professional development of our members.

8. Future developments

Education International has at the latest World Congress developed policies and strategies in relation to the struggle to protect higher education from further commercialisation.

There are suggestions for strategies at the national, regional (European in our case), and global level.

The main trend at the moment is unfortunately that the trade agenda is seen by both national governments, regional and global governmental organisations as the only solution to all problems in the world.

On this background it is a very uphill job to argue for keeping higher education as a public responsibility which should not be traded in a global market-place.

We have seen some success over the years of our efforts, but strong arguments are needed from all the national trade unions and their regional and global organisations to protect our members and the profession as a hole from developing into a role of shopkeepers in a commercialised system of higher education. ■



Professor Guilherme Arroz à conversa com a revista da AE do Instituto Superior Técnico:

O Taguspark, o futuro do IST e Bolonha



Guilherme Arroz, Professor Associado do Instituto Superior Técnico, renomeado recentemente como Director-Adjunto para o IST – Taguspark, fala desta estrutura, do futuro do Instituto e também dos desafios de Bolonha.

O Sr. Professor foi renomeado como Vice-Presidente do Conselho Científico e Director-Adjunto para o Instituto Superior Técnico – Taguspark...

Como se sabe, nos estatutos do Instituto Superior Técnico (IST), nunca houve uma revisão de fundo que previsse a existência de dois campus e o que deverá acontecer com a nova lei da autonomia, pelo que o que existe de momento é uma nomeação do Director-Adjunto por parte do plenário do Conselho Directivo.

O professor tem alguma ideia formada para aquela que deve ser a criação de uma direcção para o Instituto Superior Técnico no Taguspark, com órgãos de gestão autónomos?

Há que distinguir entre as questões políticas e as questões de gestão mais operacional. O campus do Taguspark é IST, nós somos uma escola única. Do ponto de vista de política de ensino, temos sempre que ter um Conselho Directivo único da escola, um Conselho Pedagógico único da escola, assim como os órgãos que tiverem de vir a ser criados. Do ponto de vista operacional, a situação é diferente e isso já foi conversado informalmente. A ideia é criar uma estrutura de direcção com muita autonomia e que de alguma forma já existe, porque com a recente estrutura-

ção que houve a nível do técnico, as competências que ainda não tínhamos, passámos a ter e isso dará origem a uma reestruturação dos serviços no Taguspark, como por exemplo a contratação de outras pessoas. A única coisa que temos de respeitar é os procedimentos globais do técnico, nomeadamente, o trajecto escolar dos estudantes que é único, pelo que haverá apenas uma base de dados de inscritos no IST e qualquer aluno poderá transferir-se de um curso do Taguspark para um curso na Alameda e vice-versa, Temo portanto, cada vez mais autonomia.

O que acha de o IST-Taguspark poder vir a ter uma representação dos estudantes, docentes e não docentes em conselho directivo?

Neste momento não tem e penso que era muito útil o Taguspark passar a ter uma representação formal em Conselho Directivo.

Graças à actual lei da autonomia, o facto de 2/3 do corpo de alunos da AR ter votado em branco, impediu a reeleição em primeira volta do professor Carlos Matos Ferreira, no processo eleitoral em 30 Novembro. Acha que, tal como o Sr. Prof. Carlos Matos Ferreira defende (entrevista Jornal Negócios), os estudantes têm um papel demasiado "pesado",

no que diz respeito à tomada de decisão, nos órgãos de gestão?

Já tive ocasião de dizer várias vezes, em Assembleia de Representantes que os alunos tiveram muita força nesta escola quando não estavam nos órgãos de gestão, em grupo que lutou pelos seus interesses. Já por várias vezes dei o exemplo que enquanto fui delegado de curso estivemos um ano e meio de greve a uma cadeira e ganhámos. Portanto, a força que os estudantes têm na orientação da escola não passa necessariamente por estarem nos órgãos de gestão. Acho que o facto de estarem representados nos órgãos de gestão, adormeceu muito a capacidade reivindicativa em relação a coisas que se passam na escola e que os estudantes deviam ter um papel mais activo de contestação, porque estão comprometidos com a gestão ou porque as coisas acabam por ficar embrulhadas dentro dos órgãos de gestão e tal como acontece com os professores, as competências não são de órgão nenhum, as coisas passam de órgão em órgão e os estudantes acabam por não conseguir resolver coisa nenhuma, com a estrutura de órgãos existente. (...)

Também é conhecido, que acho que os professores não devem ter o poder todo dentro das escolas, tal como dizia Alfredo Bensaúde nas suas notas histórico-pedagógicas sobre o IST.

Então acha que, ao haver mais representação dos estudantes nos órgãos de gestão, se adormeceu todo o movimento estudantil?

Acho. Sem querer transmitir qualquer aspecto pejorativo, os estudantes acomodaram-se nos órgãos de gestão, começaram a ser embrulhados nos detalhes do dia-a-dia e deixaram de se preocupar com as questões básicas e fulcrais daquele que deve ser o movimento estudantil.

O professor defende que existe uma participação excessiva dos estudantes nos órgãos da gestão, defende então uma redução ou a sua extinção?

A participação dos estudantes nos órgãos de gestão deve existir. Defendo, portanto uma redução.

Sendo o Taguspark um pólo tecnológico constituído por empresas com cerca de 80% de licenciados, mestrados e doutorados nos seus quadros, acha que o desenvolvi-

mento tecnológico do país poderá ser condicionado pelo desenvolvimento deste parque, já sendo este uma referência nacional?

O Taguspark constitui uma peça muito importante na evolução tecnológica do país. Nós temos aqui algumas empresas muito boas no parque, a autarquia e a sociedade gestora do Taguspark souberam criar um ambiente de incentivo ao desenvolvimento de empresas de alta tecnologia. Nós temos aqui algumas empresas multinacionais que se instalaram aqui por perto e o facto de estas empresas estarem perto umas das outras é importante porque cria uma rede efectiva, não uma rede formal, mas uma rede efectiva, seja porque as pessoas se encontram à hora de almoço nos restaurantes, ou porque realizam reuniões



juntas, faz com que as parcerias surjam mais facilmente pois será sempre mais fácil criar uma parceria com uma empresa que está mais perto. É evidente que existem outras boas empresas tecnológicas, mas acho que o Taguspark foi uma maneira de se fazer algo por esta região onde provavelmente se encontra a maior concentração de empresas de tecnologia avançada, o que tem uma vantagem significativa porque se torna um motor do país. Para que haja uma maior capacidade de interacção entre o IST e as empresas, decidiu-se apostar na criação desta escola aqui no Taguspark. Neste momento, tem havido muitas reuniões entre empresas e o IST, o LEM (Laboratório de Excelência e Mobilidade), que é uma estrutura "chapéu-de-chuva" de projectos de investigação com ligação às empresas e portanto, com a preocupação da inovação na sua base,

outras são os portfólios através dos quais estamos a tentar contactar com algumas empresas e isso irá desenvolver-se cada vez mais.

Como é que o Sr. Professor vê a posição do IST no Taguspark?

Eu vejo esta evolução positivamente. Se compararmos o que existe hoje com o que existia no ano 2000 e com os projectos que temos para daqui a alguns anos, verificamos que existe uma trajectória que tem vindo a melhorar, tanto no número de alunos como na diversidade das licenciaturas que estão aqui, na presença cada vez maior de docentes aqui instalados, nas actividades de investigação que também para aqui vêm porque interessam aos estudantes porque nos anos terminais de licenciatura e os estudantes de mestrado, permitem que eles tenham uma ligação mais efectiva com áreas do saber que estão em desenvolvimento nesta altura e desse ponto de vista a escola e o campus têm evoluído muito positivamente.

Com o financiamento garantido com a assinatura do contrato de desenvolvimento, entre o Estado português e o técnico, vamos agora prosseguir o crescimento com qualidade e temos já prevista a criação de uma licenciatura de Engenharia Bio-Molecular e Nanotecnologias, o nome poderá variar, mas será sempre relacionado com micro electrónica e informática. Era algo que o M.I.T. andava muito interessado em fazer e que começa agora a fazer. Já não estamos, portanto, a 30 anos de distância do MIT, começamos agora a pensar nas mesmas coisas, para fazer daqui a cerca de 5 anos. Esta licenciatura deve arrancar daqui a 2 ou 3 anos, dependendo da construção dos novos módulos.

O que o IST está a fazer no Taguspark é um esforço muito significativo. Claro que temos alguns problemas, como o dos transportes e que afastam os estudantes para a Alameda, sobretudo os que moram em Lisboa. Teremos uma residência universitária com umas dezenas de camas, em 2007, que ficará perto, mas fora do campus, pois as grandes orientações dizem que as residências devem ficar fora do campus pois os estudantes devem ter capacidade para pensar noutras coisas quando saem da faculdade, mas ficará a uma distância que dê para vir a pé e isso permitirá crescer e desenvolver. →

Em 2009/2010 estão previstos 2900 alunos no Taguspark, não haverá uma redução de 1900 alunos...

Temos cerca de 1000 alunos no Taguspark, pelo que em 2009/2010 teremos mais 1000 alunos de graduação e cerca de 900 em pós-graduação. No que diz respeito às pós-graduações, nomeadamente, mestrados, ainda está tudo em aberto com a questão da declaração de Bolonha e é de admitir que muitas dessas pós-graduações venham a ser feitas por pessoas que já estejam a trabalhar e que venham fazer mestrado mais tarde, como é tradicional em muitos países europeus e nos EUA. Portanto, o peso que esses estudantes representam em termos de espaço ocupado e recursos consumidos, é bastante mais limitado do que aquilo que é hoje um estudante de licenciatura. (...)

Neste momento, não é possível garantir que estejam 2900 estudantes a estudar no Taguspark. Apenas poderia garantir isso, se as regras de funcionamento se mantivessem em vigor, o que não acontecerá, com alteração de funcionamento das licenciaturas, imposta pela declaração de Bolonha.

Mesmo assim, teremos mais de dois mil estudantes no IST-Taguspark em 2009. Acha que o universo empresarial, no qual o IST está inserido, será suficiente para toda a procura de emprego que isto originará?

Quando pensamos que o Taguspark se vai alargar para o outro lado da estrada, está em estudo o desenvolvimento de novos edifícios, quando pensamos na zona de Oeiras em geral, pela existência de diversos outros parques empresariais, eu não tenho medo de falta de empresas, porque desde que consigamos desenvolver e manter uma linha de crescimento, quer na indústria, quer na formação, teremos sempre a melhor taxa de emprego em empresas de alta tecnologia da área de Lisboa.

Tendo a realização do projecto Taguspark partido de premissas, como a empregabilidade e relação com as empresas, será que a declaração de Bolonha poderá fazer com que o Instituto Superior Técnico, nomeadamente o Taguspark seja uma facilidade muito forte num espaço europeu de ensino?

Estaremos muito bem colocados para oferecer algo que já se faz noutros locais da Europa, que é oferecer uma

formação complementar em que os estudantes têm parte da sua actividade académica nas empresas. É algo que gostaria de ver acontecer no Taguspark, mas acho que há demasiadas cartas em jogo para se avançar já e devemos deixar vir a reestruturação e a implementação do processo de Bolonha. Acho que há, no entanto, uma vantagem nossa em relação a outras universidades.

O IST tem defendido que os cursos de engenharia não deveriam ver o seu 1º ciclo de ensino reduzido de 5 para 4 ou 3 anos. Isto deve-se a uma incerteza sobre o financiamento do 2º ciclo, ou devido a uma reestruturação que poderá levar a uma formação incompleta?

O documento publicado pelo técnico aceita os 2 ciclos, mas em muitas engenharias a capacidade para exercer como engenheiro é apenas conseguida recorrendo aos 5 anos de ensino. O Técnico não está contra a criação do 1º ciclo de ensino cujo título será qualquer coisa como Bacharel em Ciências Básicas de Engenharia. Isto irá fazer com que a empregabilidade seja apenas por aquilo que o estudante aprendeu do ponto de vista de disciplina mental, mas não será uma pessoa com formação para sair e aplicar novas tecnologias.

Quanto a uma formação pelo 1º ciclo e 2º ciclo, o Técnico e as outras universidades irão evoluir bastante de acordo com o comportamento dos estudantes e do mercado de trabalho. É evidente para mim que precisamos de ter escolas capazes de formar estudantes de elite, capazes de ir para o terreno e criar coisas inovadoras. (...) Muitos estudantes têm a vontade de ir trabalhar ao fim de 3 anos, depois voltar à escola e aprender mais, depois voltar a trabalhar e então mais tarde voltar a estudar, portanto existe caminho para os dois ciclos de formação.

Em países como Portugal e tipicamente do sul, existe uma certa rivalidade entre os engenheiros técnicos formados por escolas politécnicas e os engenheiros formados em escolas universitárias. Numa reunião em Bruxelas, assisti a insultos em público entre estes dois tipos de institutos em reuniões.

Este problema não existe em França, Alemanha ou em países nórdicos. Na Alemanha existem os dois tipos de formação e coexistem perfeitamente. A declaração de Bolonha,

deverá aproximar estes dois tipos de ensino e instituições, mas o futuro sobre isto será sempre uma incógnita.

A declaração de Bolonha foi baseada num estudo em que a nível europeu, verificou-se que existia algum dinheiro a ser desperdiçado, pela parte de muitos governos, em excesso de formação com algumas pessoas que não necessitavam desta formação. A questão da procura pela rentabilização do ensino superior vem, de facto, desde o início da declaração de Bolonha.

Se pensarmos no que muitos dos estudantes universitários irão fazer na sua vida profissional, poderemos estar a desperdiçar recursos com uma formação tão longa para tantos estudantes. O que acaba por envenenar tudo isto, é que com isto, alguns governos incluindo o nosso, poderão estar a usar esse argumento para financiar apenas o primeiro ciclo, ou para o sub-financiar ainda mais, assim como ao segundo ciclo. Isto é mau, pois isto significa um pagamento integral da propina pela parte dos estudantes, o que acaba por criar um factor de selecção adicional para os estudantes que querem entrar no 2º ciclo de formação. Para a própria escola, também significaria uma diminuição de alunos, bem como uma redução elevada no seu orçamento e poderia tornar-se insustentável. De facto, a questão do financiamento de Bolonha é importante, mas em muitas escolas está-se a perder muito tempo com esta discussão, sem pensar em muitos outros problemas que poderão existir, tal como a utilidade deste projecto.

O ano 2010 não é um prazo curto para a implementação?

Em Portugal tem havido algum atraso, que não é culpa da declaração de Bolonha e sim de Portugal que tem o hábito de fazer tudo em "cima do joelho" e que acaba por conseguir implementar tudo, mas sempre no último momento. Outras universidades em vários países europeus já implementaram um sistema que caminha para Bolonha. Seria bom que houvesse mais trabalho feito, existem algumas escolas mais avançadas e outras escolas que estão a esperar pelas que estão pela linha da frente. Penso que dentro de 2, 3 anos poderá ser possível ter o sistema implementado. (...)

A declaração de Bolonha vem alterar os dois sistemas, implicando

uma convergência para um só sistema?

A declaração de Bolonha permite a existência dual de sistemas, pelo que poderá haver essa convergência ou não. O que existirá, de certeza, é um ciclo que terminará ao fim de 3 anos. Já tive a oportunidade de falar por diversas vezes com Alemães e Holandeses, onde existem sistemas duais, os quais acham que os sistemas acabarão por convergir num só sistema, mas são apenas especulações.

Mas esta não é a ideia principal da declaração de Bolonha?

Não. A ideia principal da declaração de Bolonha passa, desde o início, pela compatibilização e transformação dos sistemas existentes no espaço europeu, de forma a que dentro da Europa seja possível a mobilidade real existente na vida futura dos estudantes. Quando olhamos para os EUA, podemos verificar um sistema de funcionamento facilmente decifrável e atractivo, contrário do que acontecia na Europa em que existiam variados sistemas, pelo que tudo era muito confuso.

A Europa tem o mesmo problema que os EUA que se rege pela falta de estudantes em áreas de altas tecnologias e precisamos de crescer a esse nível. Se não conseguimos ter candidatos suficientes para colmatar esta falha de candidatos, teremos que nos tornar atractivos para o exterior e isso consegue-se inicialmente com a criação de um sistema transparente e perceptível.

A avaliação dos docentes tem sido algo muito discutido ultimamente e que os estudantes reivindicam. O que acha acerca da aplicação de uma avaliação pedagógica de docentes?

Estou de acordo que é necessário fazer algo nesse sentido. Não estou de acordo com a separação ensino-investigação, pois existem pessoas muito boas nas duas áreas e pessoas fracas para as duas áreas. Existe neste momento um número reduzido de lugares de quadro, o que pela estrutura e concursos da carreira docente, privilegia-se, de facto, fundamentalmente as actividades de investigação e isso leva a que o trabalho pedagógico de um docente seja condicionado pelo empenho na área de investigação científica.

Em certas situações, desenvolvem-se cadeiras que interessam a um grupo de docentes que querem evoluir nas



Questões relacionadas com a presença do Instituto Superior Técnico no Tagus Park e outras matérias como Bolonha, são abordadas pelo Professor Guilherme Arroz na entrevista que publicamos nestas páginas

suas carreiras científicas, mais do que estar assentes em estudos reais que explicitam a necessidade de um aluno ter essas cadeias.

É cada vez mais difícil encontrar equipas que estejam interessadas no bom funcionamento das escolas, devido a, hoje em dia, os docentes estarem muito mais voltados para a sua carreira científica por perceberem que o esforço dispendido no funcionamento da escola não tem nenhuma recompensa quando chega a altura do concurso para o grau seguinte da carreira, o que é mau. A avaliação pedagógica dos docentes pode ajudar, mas não resolve. O docente deve ser avaliado num aspecto mais global, exceptuando alguns casos, os quais muitas das vezes se resolvem de outra forma. A universidade deve olhar para os seus quadros de uma forma mais integrada e não apenas para os aspectos menos científicos. Há 30 anos atrás, era muito pequena a actividade científica, pelo que foi muito importante a aposta em investigação científica, mas acho que está na altura de olharmos para isto de

forma a equilibrar as funções de uma universidade e dar mais relevo às questões ligadas à gestão e ao ensino.

Concorda com os cursos pedagógicos, financiados pelo IST, para docentes?

Existem já alguns cursos, promovidos pela Universidade Técnica de Lisboa, que ensinam alguns aspectos técnicos que são importantes. Não me parece que haja financiamento do IST para isso. Quanto a desviar algum dinheiro dos Projectos de Melhoria da Qualidade do Ensino financiados pelas propinas de licenciatura para isso, não me parece que venha a ter resultados efectivos, uma vez que esses cursos já existem. A dificuldade é estimular os professores, nomeadamente os mais novos para que os frequentem, no sentido de conseguirem aprender algumas técnicas importantes de comunicação com os alunos. (...)

In Revista AE do IST, ano 4, nº 10, Abril 2005

4 comentários ao Programa do Governo

Ensino Superior e Investigação: Que caminhos?



Prof. João Cunha Serra*



1. O Financiamento e a Aplicação do Processo de Bolonha

A aplicação do Processo de Bolonha encontra-se inquinada pela forte desconfiança das instituições de que será aproveitada para reduzir a responsabilidade do Estado pelo financiamento do Ensino Superior. De facto, a orientação do Governo anterior era a de forçar a duração do 1º ciclo o mais possível a ser de 3 anos (exceptuando os casos de formações destinadas ao exercício de profissões regulamentadas), o que, apesar das tentativas da Ministra para tranquilizar as instituições de ensino superior, levou a que se criasse a convicção de que iriam ser exigidas aos alunos propinas de mestrado (hoje de montantes muito elevados - da ordem do custo real) se desajassem frequentar o 2º ciclo. Como este 2º ciclo irá ter, em muitos casos, grandes sobreposições com os anos terminais das actuais licenciaturas, no que se refere a objectivos formativos, uma situação destas corresponderia a transferir para os estudantes e para as suas famílias os custos daquilo que hoje o Estado já suporta.

A este respeito, o Programa do Governo, apesar de referir que "as universidades e os politécnicos terão a garantia de que a passagem para uma estrutura em dois ciclos de estudos não representará, por si só, diminuição do funcionamento público disponível",

deixa algumas dúvidas porque mais adiante refere o compromisso de "não aumentar, a preços constantes, o valor das propinas de frequência do primeiro ciclo e adequar o valor das propinas à nova natureza do 2º ciclo".

Uma leitura benevolente deste compromisso pode levar a concluir-se que as propinas do 2º ciclo serão tais que os custos acrescidos que provenham de uma procura do 2º ciclo superior àquela que actualmente se verifica nos mestrados serão pagos pelos estudantes e pelas suas famílias, através de propinas mais elevadas do que as do 1º ciclo, mas ainda assim mais baixas do que as actualmente praticadas nos mestrados. Isto é, as "poupanças" feitas com a redução da duração dos cursos de licenciatura serviriam para financiar uma redução das propinas no 2º ciclo, relativamente às hoje em vigor nos mestrados.

Ora, se esta é a proposta do Governo - e conviria que houvesse uma clarificação - ela não se coaduna com a necessidade de alargar e democratizar o acesso ao 2º ciclo, pois a elevação do valor das propinas na passagem do 1º para o 2º ciclo irá afastar muitos alunos do prosseguimento dos estudos.

É, aliás, interessante verificar que Bolonha acentua a sequência: 1º, 2º ciclo - e não licenciatura, mestrado - com a ideia de que o 2º ciclo completa o 1º. Portanto, um estudante, logo após ter terminado o 1º ciclo, ou depois de

algum tempo a trabalhar, irá frequentar o 2º ciclo, eventualmente noutra instituição do país ou do estrangeiro.

A Declaração de Bolonha aponta assim claramente no sentido do acentuar a tendência para a universalização do acesso ao ensino superior, tanto no que se refere ao 1º ciclo, como, especialmente, ao 2º ciclo de estudos. Este desiderato, conforme aos objectivos da "Estratégia de Lisboa", é fundamental para a elevação da qualificação da nossa população activa e para o desenvolvimento cultural, social e económico sustentável do país. Ele não será atingível sem que o Estado se responsabilize pelo financiamento do Ensino Superior Público, em particular pelos dois ciclos de estudos, sob pena de se acentuarem os efeitos muito negativos, já denunciados por responsáveis das instituições, de que o aumento das propinas, concretizado pelo 1º Governo PSD/PP, levou milhares de alunos a abandonarem os seus estudos, ou a terem que passar à situação de estudantes-trabalhadores.

Uma importante questão, relativamente à qual não há qualquer compromisso no Programa do Governo, é a da desejável eliminação do conteúdo do Programa de Estabilidade e Crescimento, que o Governo terá que apresentar em Bruxelas no próximo mês de Maio, da cláusula que afirma que não haverá, até 2007, qualquer aumento nominal de financiamento para o ensino superior. Esta limitação, a per-

sistir, levantará as mais sérias dúvidas sobre o efectivo empenho do Governo neste sector estratégico para o desenvolvimento do país, pois significará a certeza do prosseguimento de uma acentuada redução em termos reais dos recursos disponíveis.

Ainda quanto a Bolonha, anote-se como potencialmente muito positiva a posição expressa no Programa de que será seguido "o modelo de organização por ciclos, com um primeiro ciclo de estudos de duração não inferior a seis semestres". Se isto significar que o Governo não irá forçar as instituições a reduzirem a duração dos seus cursos de licenciatura, obrigando-as a uniformizar essa duração ao mínimo proposto por Bolonha (3 anos), independentemente das necessidades impostas pelos objectivos culturais, científicos e profissionais das formações (definidos com audição de representantes da sociedade nelas interessados), e das limitações da formação com que os alunos ingressam do secundário, então estaremos no bom caminho. O SPGL e a FENPROF têm vindo a bater-se por isso e continuarão a fazê-lo.

2. A Qualidade e o Futuro do Sistema de Ensino Superior

É positivo que no Programa do Governo tenha caído o entusiasmo apologético que transparecia no Programa do PS quanto ao sistema binário (universidades/politécnicos): "O PS é favorável ao sistema binário". O Programa afirma uma posição que se aproxima muito da posição que o SPGL e a FENPROF têm defendido, ao referir valorizar "a articulação entre instituições com missões distintas e funções diversificadas", e ao defender que "a coexistência de formações e ambientes de ensino e pesquisa de perfil típico daqueles tradicionalmente associados a universidades e de perfil tradicionalmente associado a politécnicos constitui uma riqueza de que não devemos abdicar". O Programa refere logo depois: "mas isso deve ser conseguido garantindo o relacionamento mais estreito entre os subsistemas universitário e politécnico, valorizando a excelência em ambos", o que pode ser uma forma mitigada de o Governo dizer que pretende perpetuar a existência e a separação dos subsistemas, embora com um relacionamento mais estreito,

orientação que difere da que o SPGL e a FENPROF têm defendido, não no que concerne à cooperação institucional que têm advogado e às exigências da sua qualidade, mas no que se refere à proposta que de há muito fazem de se caminhar para um sistema integrado e diversificado.

Deve registar-se, no entanto, como especialmente positivo, aquilo que se diz imediatamente a seguir: "Em particular, a possibilidade de concessão de graus deixará de estar fixada por critérios unicamente administrativos, para passar a depender da satisfação de requisitos, exigentes e comuns, de qualidade".

Este compromisso coincide com aquilo que a FENPROF vem reclamando há muito. Resta saber se o Governo vai ou não atribuir condições de igualdade de oportunidades, designadamente no que se refere a financiamento, às instituições universitárias e politécnicas, para se desenvolverem com qualidade e relevância social acrescidas.

É fundamental que seja posta em prática uma política de discriminação positiva e de incentivos à qualidade, baseada em processos transparentes de prestação de contas e de avaliação com critérios adequados e amplamente partilhados.

Quanto ao Ensino Superior Particular e Cooperativo (ESPC), o Programa do Governo é substancialmente omissivo. Para além da ideia geral de apoio a iniciativas privadas no ensino superior, surge apenas a afirmação de que "o Ministério da tutela deve zelar pelo cumprimento dos requisitos de qualidade para cursos e instituições e da responsabilidade própria das instituições privadas face aos seus alunos". Espera-se que esta afirmação de cumprimento das funções de regulação que, note-se, se deve aplicar igualmente ao Ensino Superior Público, seja para levar a sério e não persista a atitude de omissão que na prática tem representado cumplicidade para com a falta de qualidade e para com inúmeros atropelos à legalidade que se têm verificado.

3. A Situação Profissional dos Docentes

Regista-se como muito negativo o facto de nada se referir quanto ao corpo docente do ensino particular e cooperativo que continua a ser tratado de

forma prepotente e indigna por muitas entidades instituidoras do ESPC. O Programa nada adianta quanto às exigências que o SPGL e a FENPROF têm apresentado relativamente à existência em todas as instituições de corpos docentes próprios, adequadamente qualificados, com uma carreira docente paralela à dos docentes do Ensino Superior Público (exigência da própria lei que não é cumprida) e com condições dignas de contratação e de vinculação estável. Sem que estas exigências sejam contempladas é ilusório falar-se de que se vai "zelar pelo cumprimento dos requisitos de qualidade".

No Ensino Superior Público, o Programa, embora refira a intenção de rever os estatutos de carreira com o objectivo de "estabelecer um único estatuto que acolha perfis docentes diversificados, mas com equivalência no topo da carreira, que premeie o bom desempenho em todas as dimensões da profissão docente e que facilite a mobilidade entre os diversos perfis e instituições, entre carreiras docente e de investigação e entre carreiras académicas e actividades profissionais fora do ensino", nada aponta para a correcção dos graves problemas da precariedade de emprego e do estrangulamento dos quadros.

Quanto à valorização nas carreiras docentes da vertente pedagógica essa tem sido também uma proposta defendida pelo SPGL e pela FENPROF.

4. A Ciência e a Investigação

Quanto à ciência e à investigação, sector onde surgem os compromissos mais quantificados, o Programa é bastante ambicioso no que se refere a investimento, a crescimento do número de doutorados e a aumento do emprego científico, sendo por isso positivo.

Fica contudo a dúvida sobre se o desenvolvimento económico e social do país vai permitir alcançar as metas que dele dependem e que se inserem na concretização da "*Estratégia de Lisboa*", mesmo já depois da redução que levou na sua inicial ambição. A este respeito, não será apenas o MCIES que ficará sob escrutínio, mas o Governo como um todo.

** Coordenador do Departamento do Ensino Superior.
Membro do SN da FENPROF*



O Sistema Científico e Tecnológico Nacional no Programa do Governo

Com uma coerência própria, o Programa do Governo apresenta as questões científicas e tecnológicas num ponto designado "Vencer o atraso científico e tecnológico" integrado no sub-capítulo "Um plano tecnológico para uma agenda de crescimento" e no primeiro capítulo "Uma estratégia de crescimento para a próxima década".



Prof. Nuno F. Rilo*

investimento em actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D), que nos coloca no último lugar europeu.

O nosso país investe 0,8% do PIB contra 1,8% da média europeia, sendo a parte pública apenas 0,55%.

Compromissos assumidos

Definem-se então as metas para a legislatura e um conjunto de orientações para a sua obtenção, mais ou menos consensuais, como a promoção da educação e da cultura científica, o incentivo da investigação científica em consórcios, redes e programas, a cooperação internacional ou o recurso a contratos de serviço público com Laboratórios de Estado e Laboratórios Associados.

lisar, as questões da ciência e tecnologia, o programa começa por referir os nossos valores muito baixos de in-

Destacamos entre os compromissos assumidos e quantificados para os próximos quatro anos:

- Duplicar o investimento público em I&D, de forma a que atinja 1% do PIB;

- Fazer crescer em 50% os recursos humanos em I&D;

- Triplicar o esforço privado em I&D que actualmente não ultrapassa 0,26% do PIB.

São metas absolutamente necessárias para recuperar o atraso nacional do nosso sistema científico e tecnológico nacional e não são objectivos particularmente ambiciosos e impossíveis de satisfazer. Devemos porém referir duas dificuldades particulares a superar:

- Elevar o esforço privado em I&D exigirá arte, imaginação e persistência;

- A elevação do esforço público exigirá a mobilização de recursos do quadro comunitário que não são compatíveis com projectos megalómanos, como a alta velocidade, mas apadrinhados por poderosos grupos de interesses, como neste caso o da construção civil.

* *Coordenador do Departamento do Ensino Superior do SPRC*

Depois de referir questões genéricas como a necessidade de confiança e a importância de aproveitar o quadro europeu, o programa desenvolve quatro temas do Plano Tecnológico para promover o desenvolvimento.

A necessidade de recuperar o atraso na utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na sociedade portuguesa em geral, a importância de fomentar a inovação no sistema económico, vencer o atraso científico e tecnológico e promover a formação e qualificação da nossa população.

Os temas são geralmente introduzido com índices comparativos do nosso país com os países da União Europeia ou da OCDE publicados em estudos mais ou menos recentes e conhecidos e que dão conta do nosso atraso geral no contexto europeu e dos países desenvolvidos.

Assim, no tema que queremos ana-



Depoimentos recolhidos nas Audições promovidas pela FENPROF

Parece ponto assente que as Universidades têm um papel fundamental na formação de pessoas que já se encontram na vida activa e a ela pretendem recorrer para actualizar os seus conhecimentos ou, até, procurar novos graus que são importantes para a sua actividade profissional ou para a sua progressão na carreira.

Esta é uma das missões que compete a uma Instituição de Ensino Superior. Mas estarão estas preparadas para, ao serem procuradas por uma destas pessoas, creditarem parte da sua experiência profissional?

A interrogação é do Professor Virgílio Meira Soares, antigo reitor da Universidade de Lisboa, e foi colocada numa das audições realizadas pela FENPROF no âmbito da actividade preparatória da Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação. Recorde-se que tanto nessas audições como depois num colóquio e na própria conferência participaram destacadas personalidades dos meios académicos e científicos do País.

Deixamos à apreciação dos nossos leitores algumas das reflexões do Professor Meira Soares sobre a actualidade, as perspectivas e os desafios que se colocam ao ensino superior em Portugal, abordadas naquele interessante depoimento.



Prof. V. Meira Soares
Ex-Reitor da Univ. de Lisboa

“Será que os políticos europeus ainda não perceberam que a verdadeira integração não se faz por Declarações ou Directivas?”

Hoje, as Universidades e os Politécnicos (daqui em diante quando se falar de Universidades incluem-se os Politécnicos, excepto quando houver necessidade de fazer a distinção) estão perante um desafio que não é fácil de resolver. Os governos, e não só em Portugal, não têm dinheiro que permita um funcionamento condigno das instituições e encontram todos os meios possíveis para justificar o recurso ao chamado "empresarialismo" das instituições. A adopção de metodologias de gestão empresarial não me parece um disparate. Sê-lo-á se as instituições ficarem sujeitas ao mercado como tal, pois, nesse caso, em vez de terem o padrão Estado têm o padrão Mercado, o que não faz o mínimo sentido, e até os empresários de olhos mais abertos são contra esse quadro... O próprio Giovanni Agnelli já, em 1989, alertou para a necessidade de manter a independência das Universidades e o espírito de liberdade que nelas se vive.

O maior problema que existe em Portugal, num momento em que os meios escasseiam e importa que se passe à prática a já muito "matraqueada" interacção Universidade/Empresa, é o divórcio que, de facto, existe entre os dois sectores. Nenhuma das partes se tem empenhado em fazer muitas cedências, estando os resultados à vista. Há, contudo, bons exemplos de

colaboração que deveriam ser seguidos e incentivados. E neste último caso, os Governos têm o dever de criar incentivos reais para tornar estas parcerias mais frequentes e efectivas. Importa não esquecer que Portugal é um País em que o tecido empresarial consiste, na sua maioria, por PME's, o que implica que os referidos incentivos são essenciais para uma maior ligação da Universidade com o meio empresarial.

O que os Governos (de todos os países), cinicamente, argumentam para justificar a falta de financiamento é a má gestão das Instituições, a que deram autonomia, como forma de se desresponsabilizarem, não reconhecendo que a massificação existiu, e que as exigências de outros sectores sociais, como a saúde, os sistemas de previdência social, entre outros, são cada vez mais deficitários e exigem que eles (governos) prestem contas das verbas gastas com a Educação. Não se deve esquecer a introdução das muito apreciadas fórmulas de financiamento das instituições (pela transparência que introduzem no sistema), inicialmente baseadas unicamente no número de alunos, mas hoje já reconhecidamente, e bem, necessitadas de ter em conta a sua produção anual de licenciados, a sua produção científica e outros elementos que dão conta do seu desempenho. Daí a necessidade de introdução da avaliação, não com objectivo →

único de melhoria, mas como meio de prestação de contas e de "punição", e quase nunca de incentivos para melhorias. A verdade é que, mesmo com fórmulas claras para financiar as instituições, os orçamentos já não chegam. Incapazes de explicar os gastos, exigem então maior "eficiência", tentando demonstrar que os cortes orçamentais não diminuem a qualidade (o que em muitos casos é verdadeiro). Porém, ultrapassados certos limites nos cortes, há que encontrar um bode expiatório. E esses são a autonomia que as instituições têm, a eleição dos dirigentes máximos pela comunidade académica, a democracia interna das instituições. Neste momento tudo isso pode estar em perigo.

O sistema nos Estados Unidos

Surgem, por isso, vozes que apoiam o sistema existente nos Estados Unidos, em que os reitores são nomeados por um Board of Trustees, sendo perante ele responsável. A transposição desse modelo para a Europa já está a começar a ter os seus seguidores entre os governos mas a avaliação dessas medidas, já concretizadas em alguns países, ainda está para ser feita, não parecendo, porém, ser um modelo bem aceite pela maioria das instituições, para além de nada provar que a dita capacidade de gestão venha a melhorar com o modelo. Parece que interessa mais controlar indirectamente as instituições, através do tal Board, do que garantir um ensino e uma investigação mais consentâneos com as tradicionais missões da Universidade. Quer passar-se da obsoleta torre de marfim para a empresarialização das instituições, vergando-as a interesses a que não podem ser alheias, mas que não podem ser os exclusivos nem sequer os maioritários. As Universidades sempre foram locais que desenvolvem investigação nas fronteiras do conhecimento, o que implica uma liberdade de investigação que não se compadece com investigação exclusivamente direccionada para fins lucrativos/empresariais. Esta posição não pode, contudo, ser confundida com o divórcio entre Universidade e a Sociedade em que vive pois ela tem uma responsabilidade pública e social que não pode ser descartada em nome da tão abusada liberdade académica.

Em todo este processo de evolução

quem acaba por perder são as instituições, tanto no que respeita ao cumprimento da sua missão como no que respeita à sua indispensável autonomia interna. Não será possível compatibilizar os modelos? Não sou contra a existência de órgãos uninominais, com responsabilidades acrescidas, mas temo pela maior desresponsabilização dos membros da comunidade académica, que já é bastante preocupante na situação actual. Qualquer que seja a evolução, importa deixar claro que decisões académicas têm que ser tomadas por académicos, assessorados por gente muito competente em matéria de gestão.

Os governos, e não só em Portugal, não têm dinheiro que permita um funcionamento condigno das instituições e encontram todos os meios possíveis para justificar o recurso ao chamado "empresarialismo" das instituições.

É, aliás, a referida desresponsabilização da comunidade académica que justifica a sua falta de envolvimento no chamado Processo de Bolonha. O que digo não se aplica exclusivamente a Portugal. Infelizmente este comportamento é comum à maioria dos docentes e estudantes de muitos países. E é pena. Deixamos o desenvolvimento de um processo que começou mal (com a famigerada Declaração da Sorbonne, assinada, sem consulta a quem quer que fosse, pelos Ministros da Educação do Reino Unido, da França, da Itália e da Alemanha) e veio a ser melhorado pela reacção dos académicos e por acção dos Ministros da Educação de Portugal e da Holanda, nas mãos de burocratas e dirigentes que o vão tentando implementar, como entendem, sem a necessária colaboração de quem deveria nele participar activamente.

Infelizmente, o Processo de Bolonha está, para muitos, resumido à discussão da duração dos ciclos. Poucos se preocupam com o que se pretende no que respeita às condições e competências à saída dos alunos no fim do primeiro ciclo.

Fala-se de empregabilidade, palavra bonita que pode esconder a intenção de passar para o estudante a responsabili-

dade que cabe aos Estados, no domínio da garantia de emprego: se o estudante tem condições de empregabilidade, que lhe foi proporcionada pelas Instituições de Ensino Superior, ele que se "desembruhe" pois tem condições para arranjar emprego e ao Estado já não compete mais nada! Mas, em qualquer caso, é preciso entender do que realmente se trata.

Fala-se de mobilidade e, naturalmente, de transferência de créditos; parece que está assente que tal transferência se baseará nos ECTS. Contudo, poucos sabem o que isso implica em termos de mudanças de paradigma ensino/aprendizagem. E, depois, deixa-se que dirigentes pouco informados apliquem burocraticamente o cálculo do número de horas de contacto, de trabalho individual, de seminários, etc. O trabalho feito parece igualmente não ter contado muito com a colaboração dos estudantes, principalmente em Portugal (mas não só). E neste caso, a culpa não é só dos docentes: é igualmente devida ao desinteresse dos estudantes.

O que implica o Processo de Bolonha

Mas o Processo de Bolonha implica muito mais: mudanças nos sistemas de avaliação, a introdução da noção, e entendimento do que realmente é, acreditação (não há um comum entendimento do que é, muitas vezes mesmo dentro do mesmo país); legislação para graus conjuntos; colaboração íntima entre diferentes estruturas de vários países, como agências de avaliação, de acreditação, de financiamento, entre outras. Ao falar de mobilidade de estudantes o que dizer dos processos de financiamento e de propinas, tão díspares elas são entre os vários países? Quem paga o quê? Ao falar de mobilidade no mercado de trabalho é preciso saber o que pensam os empregadores dos vários países acerca das competências dos graduados, sob pena de se introduzir um proteccionismo contrário aos objectivos apregoados.

E que dizer do segundo ciclo? Em Portugal, onde neste momento existem quatro graus, a aplicação do Processo de Bolonha pode ser visto de modos diferentes, consoante a perspectiva de cada interveniente. De facto, se se considerar o segundo ciclo como o corres-

pondente ao mestrado, os Politécnicos estão impedidos, por lei, de os atribuir. Será, de facto, essa a ideia? Para mim não é ainda claro. Não será altura de clarificar a situação? Claro que sim.

Este assunto levar-nos-ia muito longe e o tempo não o permite. Mas pergunto-me se fará algum sentido impedir os Politécnicos de atribuírem o segundo grau, quando até agora podiam atribuir licenciaturas de duração de cinco anos, tanto quanto se prevê para os primeiro e segundo ciclos da Declaração de Bolonha (3+2 ou 4+1 ou 5 anos). Pergunto-me, até, se fará sentido interditar aos Politécnicos a atribuição de Doutoramentos se, por acaso, em certas áreas obedecer aos mesmos critérios científicos que são exigidos às Universidades. Mais uma vez se está a pegar no problema pelo lado errado. A falta de definição do que é o Ensino Politécnico deixa-o numa situação de indefinição que tem, e mal, gerado tensões inaceitáveis, por razões de prestígio social dos seus graduados. Se se mudar o nome para Universidade fica tudo resolvido! Pelo menos para os políticos e para as populações que pensam ainda que um grau dado por uma Universidade tem maior prestígio social! Como solução propõe-se então um eufemismo: as Universidades Politécnicas, que mais não serão, na maior parte dos casos, do que um Politécnico com outro nome. É um problema social que tem audição na demagogia dos políticos.

O CNAVES propôs, em devido tempo, critérios que permitiriam resolver a questão de fundo: a instituição que a eles obedecesse poderia atribuir o grau que se lhes correspondesse. E, assim, os Politécnicos, com uma missão claramente definida, poderiam continuar a chamar-se Politécnicos, ao passo que certas Universidades deixariam de poder conferir certos graus por não terem as condições mínimas para tal.

Afastei-me um pouco do Processo de Bolonha mas, como disse de início, as questões estão todas ligadas entre si.

Pode gostar-se dele, ou não, mas, independentemente da nossa adesão pessoal, a verdade é que não lhe podemos escapar. E ele está a afectar, e vai continuar a afectar, o nosso ensino superior.

Os caminhos escolhidos a nível internacional não são animadores e já me referi a alguns deles. A indefinição



do que se pretende dos alunos no final de cada um dos dois primeiros ciclos não é um bom augúrio. A necessidade de colaboração entre agências de avaliação e de acreditação é reconhecida por todos como essencial e encontra-se irremediavelmente atrasada, dando origem a receios de que super-estruturas europeias sejam uma tentação, existente há muito tempo, que se transforme em realidade com todos os inconvenientes (a burocracia europeia não é a menor) e oposições esperados.

"Infelizmente, o Processo de Bolonha está, para muitos, resumido à discussão da duração dos ciclos. Poucos se preocupam com o que se pretende no que respeita às condições e competências à saída dos alunos no fim do primeiro ciclo".

A livre circulação de estudantes e trabalhadores nos 45 países já aderentes não é de fácil resolução. As questões financeiras estão longe de terem sido contempladas. Enfim, todas as indefinições já citadas, e outras que o tempo não permite abordar, são razões para descrever da possibilidade de se atingir o objectivo traçado para o ano 2010. Será que os políticos europeus ainda não perceberam que a verdadeira integração não se faz por Declarações ou Directivas? Faz-se, isso sim, na prática que, muitas vezes, são eles próprios a entrar.

Não quero terminar sem falar de uma outra vertente que se torna cada vez mais importante nos dias de hoje: a

educação ao longo da vida. Parece ponto assente que as Universidades têm um papel fundamental na formação de pessoas que já se encontram na vida activa e a ela pretendem recorrer para actualizar os seus conhecimentos ou, até, procurar novos graus que são importantes para a sua actividade profissional ou para a sua progressão na carreira. Esta é uma das missões que compete a uma Instituição de Ensino Superior. Mas estarão estas preparadas para, ao serem procuradas por uma destas pessoas, creditarem parte da sua experiência profissional? Desde o regresso à Universidade até ao ingresso na formação inicial de pessoas com uma determinada actividade profissional, poderemos imaginar um largo espectro de situações. A experiência diz-nos que, apesar das boas intenções plasmadas em Declarações/Convenções (Bolonha, Conferência Mundial do Ensino Superior, Convenção de Lisboa, etc.), pouco ou nada tem sido feito para creditar a experiência profissional. Não foi precisa a Declaração de Bolonha para que este assunto fosse abordado seriamente há mais de 15 anos. Não bastam boas intenções: é preciso mudar mentalidades e actuar. Poder-se-ia, em Portugal, começar com o acesso ao ensino superior, alterando o formato dos exames ad-hoc, dando lugar a regras claras de creditação da actividade profissional, chegando-se ao ponto de dispensar o estudante da frequência de certas disciplinas.

Já falei o suficiente e esperemos que a minha provocação tenha a resposta clara dos restantes intervenientes. ■

Manifestemos o nosso descontentamento

Sem dúvida que o país atravessa uma crise económica e social da qual o excessivo défice das contas públicas é uma das suas manifestações.

Sem dúvida que é necessária uma estratégia clara e mobilizadora da sociedade como um todo – trabalhadores, empresários, políticos – para que o país possa crescer e desenvolver-se com maior justiça social, ultrapassando as dificuldades devidas à crescente globalização económica, ao alargamento da UE (que arrasta a redução dos apoios financeiros comunitários) e à concorrência de economias emergentes, com é o caso da China.

No entanto, as medidas restritivas tomadas pelo Governo, quanto ao congelamento da progressão nos escalões remuneratórios dos funcionários públicos e no que se refere ao aumento da idade em que estes se podem reformar, estão a ser impostas sem a procura séria de um consenso social que permitisse a aceitação de eventuais sacrifícios no âmbito de uma estratégia credível (inexistente) que congregasse o esforço proporcional de todos.

Neste quadro, não podia a FENPROF deixar de reagir: foi concluído um acordo com a FNE para formas de luta que, dada a altura do ano lectivo em que se desenrolam, não poderiam deixar de afectar exames.

Estas acções estão em consonância com o sentimento de revolta que se verifica entre os docentes que foram surpreendidos por medidas que directamente os afectam, nada em correspondência com as promessas eleitorais, anunciadas sem negociação séria com as organizações sindicais.

No ensino superior, nomeadamente devido às diferenças de estrutura entre as carreiras, o descontentamento não tem tido a mesma expressão que nos outros sectores de ensino. As escolas encontram-se no geral em período de exames. Uma greve afectando exames, tradicionalmente a única acção com impacto que foi posta em prática pelos docentes do ensino superior (1989 e 1995) exige, como a experiência mostrou, um período preparatório extenso, com auscultação dos colegas, procedimento que se revelou incompatível com os tempos exigidos por esta acção de greve.

Apesar desta limitação, a FENPROF e a FNE emitiram um pré-aviso conjunto de greve, abrangendo todos os professores de todos os sectores de educação e ensino, incluindo os docentes e investigadores.

Os docentes do ensino superior e os investigadores não aceitam alegremente, sem protestar, as medidas que o Governo pretende impor-lhes.

Assim, propomos-lhe que envie um mail ao Ministro (mctes@mctes.gov.pt) manifestando-lhe o seu descontentamento. Para o efeito sugerimos o seguinte texto que poderá copiar ou adaptá-lo como lhe aprouver:

*Exmo. Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Senhor Ministro,*

Surpreendido(a) pelas decisões do Conselho de Ministros que visam o aumento da idade de reforma e o congelamento, por um ano e meio, da contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras, que conduzirá à criação de um bloqueamento ainda maior ao avanço salarial dos docentes e dos investigadores, uma vez que os quadros se encontram completamente preenchidos em muitas instituições, venho por este meio manifestar a V. Exa. o meu forte descontentamento pelas medidas anunciadas e solicitar-lhe a sua não aplicação, bem como a negociação imediata de todas as alterações a realizar nos estatutos das carreiras, designadamente as destinadas a reduzir a precariedade de emprego, a desbloquear as promoções, a assegurar o direito a uma carreira e a garantir equidade, justiça e transparência nos processos de avaliação dos docentes e dos investigadores em provas e concursos. Com os melhores cumprimentos,

(Nome e Instituição)



Federação Nacional
dos Professores